

Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária¹

Daniela Neves de Sousa²

1. INTRODUÇÃO

A reestruturação produtiva, decorrência da dinâmica contemporânea do capital, é portadora de mudanças na economia cujas conseqüências são fundamentais para toda a organização da sociedade. Dessa forma, as transformações no mundo do trabalho devem ser submetidas a uma análise atenta, muito menos por suas novidades, mas, essencialmente por sua funcionalidade em relação ao capital. Assim, compreendemos que as mudanças impostas ao trabalho são resultantes do estágio atual de desenvolvimento das forças produtivas e dos constrangimentos das relações sociais de produção. Portanto, nossa hipótese é de que as atividades de trabalho que vêm sendo organizadas a partir de empreendimentos da chamada “economia solidária”, estando esta em franca expansão, relacionam-se intimamente com formas atuais de desenvolvimento econômico e industrial, caracterizando-se enquanto estratégias de controle sobre o trabalho. Nestes termos, algumas propostas de auto-organização dos trabalhadores, na busca de satisfazer livremente as suas necessidades e combater o desemprego, tornam-se estratégias de auto-organização do trabalho para satisfazer as necessidades atualizadas do capital.

O estudo das cooperativas de trabalho, e sua crescente participação enquanto estratégia para o desenvolvimento da economia no Brasil, nos possibilita interpelar como a chamada “economia solidária”, e suas formas concretas de existência como, por exemplo, as cooperativas, vêm contribuindo para a mobilização econômica. Quer seja na abertura de postos de trabalho para absorver parte da superpopulação relativa fora do mercado formal de trabalho, quer seja pela sua proposta mistificadora de alternativa econômico-social para a classe trabalhadora, quer seja como empresas sublocadas no processo de produção fabril de diversos complexos centrais de produção. Desse modo, uma forma de organização do trabalho, baseado na “economia solidária”, vem ganhando espaço no meio social, na busca de alternativas para superar a crise do trabalho.

¹ Este artigo foi publicado na Revista Katálysis n. 11, Santa Catarina, Ed. UFSC, Fev – Jun, 2008.

² Assistente Social, Doutoranda em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Bolsista PDEE da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Capes.

O debate sobre a “economia solidária” ressurgiu amplamente mobilizado por diversos segmentos da sociedade, com uma variedade de objetivos e interesses. As cooperativas, de um modo geral, sejam elas de produção, de consumo, de crédito ou de trabalho ressurgem no cenário como algumas das formas de organização do trabalho e alternativa ao desemprego sob a marca da “economia solidária”, sendo esta uma suposta contraposição à “economia capitalista”.

Nestes termos, a noção teórica de “economia solidária” começou a aparecer no Brasil na década de 1980, mas é prioritariamente na segunda metade da década de 1990 que elas tomam impulso e se multiplicam. Essa “onda solidária” é resultado do investimento de vários movimentos sociais, organizações não governamentais, categorias e entidades sindicais que buscam novas formas de superação da crise do capital e do trabalho, do desemprego, e forjam estratégias de ação política e organização do trabalho.

Este movimento é claramente perceptível no governo Lula que institucionalizou, a partir do seu primeiro ano de governo, uma política centrada na “economia solidária”, e criou uma secretaria nacional de governo. Em junho de 2003, o Congresso Nacional aprovou projeto de lei do presidente Lula, criando no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de “economia solidária” – SENAES. A secretaria foi criada com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003. A direção da SENAES ficou sob o comando de um respeitado acadêmico brasileiro, que tem grande produção sobre o tema, o economista Paul Singer. A partir de então, a “economia solidária” alçou ao *status* de política pública de governo.

Mesmo antes da criação da SENAES, as iniciativas de “economia solidária” no Brasil vinham sendo impulsionadas a partir das ações de vários grupos sociais (movimentos sociais, ONGs, Igrejas, incubadoras etc.), que apóiam a constituição e articulação de cooperativas populares, as redes de produção e comercialização e as feiras de cooperativismo e “economia solidária”, entre outras ações. Ao longo do tempo, esses grupos passaram a articular fóruns estaduais e regionais de “economia solidária”. A partir das articulações de entidades durante as edições do Fórum Social Mundial, foram constituídas as bases de criação do Fórum Brasileiro de “economia solidária”.

Os números também são expressivos. Os dados do Atlas da “economia solidária” no Brasil, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2006), apontam, no segundo semestre de 2005, a identificação de 14.954 empreendimentos solidários em 2.274 municípios brasileiros, sendo 44% só no Nordeste e 56% distribuídos nas demais regiões do país.

Dessa forma, o presente artigo possui dois claros focos de análise: um primeiro que explicita os fundamentos históricos e teóricos da “economia solidária” e que são localizados por nós no socialismo moderno. Este entendimento porém, não nos leva a afirmar como muitos teóricos o fazem de que a “economia solidária” é o caminho contemporâneo ao socialismo. Em segundo lugar, buscamos apresentar que a construção e propagação dessa falsa consciência não encontra seu alicerce em mudanças de fundo no modo de produção capitalista, ao contrário verificamos que uma re-atualização. Para tanto, nossas análises tem como interlocutor privilegiado o militante e teórico Paul Singer, que atualmente é quem dá o tom do debate no Brasil.

Assim, o objetivo do presente texto é uma problematização radical do debate teórico e prático da chamada “economia solidária”, pois acreditamos que no marco sócio-político que vivenciamos, particularmente a experiência brasileira, é necessário tornar claros os *fiões invisíveis* que refuncionalizam as saídas propostas pela esquerda contemporânea e que se apresentam como uma novidade.

1. O DEBATE DA “ECONOMIA SOLIDÁRIA”: DOS SOCIALISTAS UTÓPICOS A PAUL SINGER

A “economia solidária”, ou economia social, não é algo desprezível, considerando o quadro político, as mudanças no “mundo do trabalho” e as estratégias do capital na sociedade brasileira contemporânea. Ela vem ganhando atenções e polarizando o debate acerca das estratégias de combate ao desemprego, geração de emprego e renda, e, sobretudo, nas ações políticas de combate à chamada “vulnerabilidade social”.

A “economia solidária” compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, entre outros, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças, trocas, comércio e consumo.

A amplitude de temas, experiências e ações que cerca esse amálgama denominado de “economia solidária” possibilita, na mesma medida, uma diversidade de debates, análises e proposições sobre e para a “economia solidária”. Existe hoje um número muito amplo e muito diferenciado – se considerarmos as vinculações teóricas e políticas – de autores³, estudiosos,

³Como dissemos, a produção no campo da “economia solidária” é muito ampla, mas podemos sinalizar algumas das mais importantes no âmbito acadêmico: Arrouyo e Schuch (2006), Gaiger (2004), Rech (2000), Sousa (2000) e Singer (1998, 2000, 2001 e 2002), este último, como já é sabido, também tem grande influência na formulação de políticas públicas para o setor. A repercussão deste debate é tal que já propiciou uma análise

profissionais, grupos, organizações e partidos, que vêm produzindo intelectualmente e criando atividades que desenvolvem a chamada “economia solidária”. E ainda devemos destacar a inserção do Estado brasileiro neste quadro, como formulador de políticas e indutor de ações de interesse deste segmento.

Esse setor vem se desenvolvendo no Brasil desde os últimos anos do século passado, constituindo, supostamente, uma resposta de parte da sociedade civil às mudanças nas relações de trabalho, ao desemprego, e à ampliação da pobreza. Neste sentido, é importante assinalar que já na década de 90 se observa o surgimento e a multiplicação de organizações e entidades que apóiam, assessoram, agregam, articulam e fomentam todo tipo de empreendimento associativo e cooperativo. Nos meados de 1991, são promovidas assessorias sindicais e populares que deram suporte aos trabalhadores para que estes assumissem algumas empresas falidas ou entrassem em “parceria” no capital de investimentos de outras empresas com debilidades de se manterem no mercado. Passados três anos, várias instituições autogestionárias criaram a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária, a ANTEAG.

Outro agente de grande participação no desenvolvimento ídeo-político da noção de “economia solidária”, com a criação de cooperativas e associações de trabalhadores, foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, através da luta dos moradores do campo, ocuparam territórios e assentaram diversas famílias. Para desenvolver economicamente a produção agrícola familiar e comercial, foram organizadas diversas cooperativas, e capacitados vários técnicos em cooperativismo.

O meio acadêmico também se mobiliza em torno da discussão da “economia solidária” e cria, em 1990, Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Rede Universitária de ITCPs, que têm como objetivo assessorar camadas pobres da população na formação, capacitação e inserção de cooperativas de diversos ramos no mercado de trabalho. Estas ITCPs estão articuladas entre si formando uma rede, estando integradas à UNITRABALHO – fundação voltada à assessoria e estudos do movimento operário no Brasil –, hoje Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Mundo do Trabalho. Diversas são, também, as entidades responsáveis pela difusão da “economia solidária”, em destaque ainda a Cáritas, órgão do Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Federações das

comparativa França/Brasil (Filho & Laville, 2004); e não se esqueça os trabalhos de abrangência internacional patrocinados pelo influente sociológico português Boaventura Santos (2002).

Cooperativas de Trabalho – FETRABALHO, e a Fundação de Órgãos para a Assistência Social e Educação – FASE, no Rio de Janeiro.

Os sindicatos, até a década de 1990, adotavam uma postura de resistência a este tipo de atividade, por entender que ficariam enfraquecidos. Mas esta resistência foi progressivamente quebrada e a maioria deles já apóiam abertamente esses empreendimentos de economia social. Hoje vários sindicatos se empenham na formação e articulação de grupos, visando à criação de cooperativas habitacionais, de trabalho ou de serviços. Dentre as entidades do movimento sindical, destaque-se a Unisol, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, e a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS, da Central Única dos Trabalhadores – CUT.

Atualmente, a “economia solidária” faz parte da agenda do Estado através da implantação de políticas governamentais (municipais, estaduais e nacional) voltadas ao seu desenvolvimento. O Governo Federal criou, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria Nacional de “economia solidária” – SENAES.

A SENAES tem entre seus objetivos favorecer o desenvolvimento e divulgação da “economia solidária”. O Programa “*economia solidária*” em Desenvolvimento (Plano Plurianual 2004-2007 do Governo Federal) prevê a realização de um mapeamento da “economia solidária” no Brasil, considerando os Empreendimentos Econômicos Solidários e as Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento. Com base nesse mapeamento será constituído o Sistema Nacional de Informações em “economia solidária” (SIES), composto por uma base nacional e por bases locais de informações que proporcionem a visibilidade da “economia solidária” e ofereçam subsídios aos processos de formulação de políticas públicas.

Entretanto, todo esse contexto rapidamente reconstruído, mostra que há implicações muito sérias de natureza política. Um dos principais desafios para aqueles que analisam a “economia solidária” no Brasil é sua definição conceitual e dos atributos que a caracterizam. Assim, tudo que relaciona uma atividade de fins econômicos a supostos princípios ou benefícios na esfera social vem sendo classificado como “economia solidária”.

Diante dessa imprecisão de forma e de conceito sobre o tema, a análise e o diálogo crítico com a maior referência teórica no debate da “economia solidária”, Paul Singer é fundamental.

Para Singer (2000), a “economia solidária” deve ser entendida como um modo de produção e distribuição que é reatualizado temporalmente, a partir da necessidade de inserção dos trabalhadores na economia e na busca de postos de trabalho, em contraposição ao modo de produção capitalista.

A “economia solidária”, de acordo com o autor, resgata a unidade do processo de produção, onde os trabalhadores seriam eles proprietários dos meios de produção dos quais se utilizam para a realização do trabalho e desenvolveriam a socialização destes meios a partir do “trabalho em associação”, o que resultaria de uma síntese entre o modo de produção simples de mercadorias e o capitalismo em seu estágio atual.

Nestes termos, para iluminar a compreensão que está posta na atualidade sobre a “economia solidária”, o autor sintetiza afirmando a importância dessa proposta e sua alternativa de superação do capitalismo:

A “economia solidária” surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A “economia solidária” casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). (...) O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. *Mas, na verdade, ele constitui uma síntese que supera ambos* (Singer, 2000. p. 13). (destaque do autor).

Na compreensão do autor, a superação do capitalismo é possível porque na “economia solidária” os princípios são distintos e opostos aos da economia capitalista: “posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa; repartição da receita líquida entre os cooperadores” (Singer, *ibidem*). Por essa estrutura organizacional e ideológica, as experiências autogestionárias da “economia solidária” são, segundo Singer (2000, 2001 e 2002), modos concretos de organização do trabalho não capitalista, sendo herdeira da tradição socialista.

Dessa forma, Singer (2000), e diversos outros autores, apontam que as bases ideológicas da “economia solidária” estão na histórica crítica ao capitalismo, feita pela classe operária e pelo movimento socialista, como Owen (1771-1858), Fourier (1772-1837), Buchez (1796-1865), Proudhon (1809-1865). Há, para o autor, uma indiscutível afinidade entre as classes trabalhadoras e os princípios que regem a “economia solidária”. Nos termos de Singer: “Nem todos os trabalhadores rejeitam o capitalismo, mas a maioria deles o faz e por isso, quando se associa para produzir, comprar ou vender ou consumir, o faz sob formas solidárias” (2000, p. 15). Sumariando a formulação de Singer, a construção da “economia solidária” tem sido, em muitos países e ao longo de muitas gerações, umas das principais formas de luta contra o capitalismo, ao lado da ação de sindicatos e partidos por direitos políticos e sociais.

Considerando a “economia solidária” o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, de acordo com Singer (2000, 2001 e 2002), e segundo o Sistema Nacional de

Informações em “economia solidária” – SIES/SENAES (Brasil, 2004), os principais atributos da “economia solidária” são:

a) Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.

b) Autogestão: os participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.

c) Dimensão Econômica: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

d) Solidariedade: O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores.

e) Participação: é outra base de motivação da conjugação de sujeitos para o trabalho, desenvolvendo um processo educacional de formação e organização de uma nova cultura política. Envolve um conjunto de elementos de natureza pedagógica, relacionados aos interesses e objetivos dos grupos envolvidos.

No nosso entendimento, todo o conjunto de proposições da “economia solidária” está encharcado de problemas centrais de natureza política. Por isso, passamos a analisar alguns pontos problemáticos dessas formulações – e, também, porque nossa concepção teórica colide com seus pressupostos.

A concepção dominante sobre a “economia solidária”, que é marcada pela produção teórica de Singer (em diversos títulos), expressa um claro conteúdo eclético – influenciada nitidamente por idéias socialistas utópicas, socialistas marxistas, anarquistas, social-democratas e reformistas em geral – e polimorfo – a diversidade que compõe o conjunto das atividades da “economia solidária” é exponencialmente imensurável. Essas questões, se fossem de ordem exclusivamente intelectual, não seriam um problema. Entretanto, como tal concepção é elaborada para fundamentar supostas práticas sociais não capitalistas, e por vezes, pretensas alternativas de luta anti-capitalista, carece de uma formulação saturada de realidade social.

Para nós, nesse trato dedicado à “economia solidária” – centrado no trabalho e no trabalhador, está contido um modo superficial de analisar os processos históricos e contemporâneos de transformação da sociedade capitalista, em particular a reestruturação da esfera produtiva e as relações sociais de produção. São, assim, isolados determinantes históricos e políticos fundamentais, que envolvem a participação de outros sujeitos centrais na esfera de organização da sociedade: o Estado e o Capital, fragmentando a realidade social, que só pode ser pretensamente conhecida na medida em que nos defrontamos com ela como uma totalidade. Isto é facilmente perceptível quando identificamos, na formulação de diversos autores, em especial Singer (2001), a articulação da “economia solidária” à necessidade contemporânea de combate ao desemprego.

Para resolver o problema do desemprego é necessário oferecer à massa dos socialmente excluídos uma oportunidade real de se reinserir na economia por sua própria iniciativa. Esta oportunidade pode ser criada a partir de um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por ex-desempregados, que tenham *um mercado protegido da competição externa para os seus produtos*. (Singer, 2001. p. 112). (destaque do autor).

Nesta relação, desemprego e “economia solidária”, é considerada apenas a epiderme do fenômeno da reestruturação produtiva, que é o desemprego. Não identificando outros fatores que estão articulados, como a contra-reforma do Estado e seu postulado neoliberal, e, sobretudo, as necessidades do capital no estágio atual de desenvolvimento capitalista.

Neste sentido, podemos afirmar que o atual padrão de acumulação põe em movimento um renovado processo de organização do trabalho, cuja finalidade essencial é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, principalmente nos contextos de crise,

incorporando, na parte central da produção de valor, modalidades de trabalho que aparentemente seriam formas autônomas e independentes de trabalho. São estas formas, sobretudo, atividades na esfera da “economia solidária”.

Queremos afirmar, assim, que o conteúdo efetivo das formulações da chamada “economia solidária” pairam apenas na aparência de fenômenos próprios da reestruturação capitalista e da dinâmica reificada da vida social. O que, por outro lado, também expressa que tais fenômenos estão se processando e tem suas bases na existência real, nos impondo a busca por um rigor analítico, à luz da crítica radical e ontológica do sistema capitalista, e não somente nas “construções ideais” que se autonomizam frente à realidade. Nestes termos, enumeramos, brevemente, algumas das debilidades da noção de “economia solidária”.

a) Sua origem. Apesar de temas como autogestão, auto-organização dos trabalhadores, sociedade de “produtores livres”, justiça social, entre outros, estarem vinculados historicamente às origens do socialismo moderno do século XIX, esse conceito – “economia solidária” – é cunhado na atualidade, nas duas últimas décadas do século XX, sob a marca da *solidariedade indiferenciada transclassista*, resultante dos processos de “desresponsabilização do Estado” (contra-reforma do Estado no Brasil), e das transformações do capital e suas estratégias de controle sobre o trabalho;

b) Sua composição. A primeira pergunta seria: quais os grupos, entidades, segmentos, ou mesmo quais as práticas econômicas e sociais que compõem a “economia solidária”? A marca da sua origem aponta que, no Brasil, sua caracterização é a mais diversa possível: desde os moradores de uma comunidade popular que criam uma cooperativa de serviços de limpeza, até patrões e trabalhadores de uma fábrica à beira da falência, que se associam e dirigem-na de modo “autogestionário⁴”. Destacamos, assim, que, se tal proposta se vincula ao projeto emancipatório em alternativa ao capitalismo, como amparar em seu conteúdo formas de associação tão diferentes e com conteúdos tão díspares, pois congrega, em suposto consenso de interesses, parcelas da classe capitalista e trabalhadora. A “economia solidária” congrega também, no mesmo bojo, organizações formais e informais, de representação de trabalhadores ou patronal, associações de interesses sociais, econômicos e políticos, indivíduos comuns, e experiências ligadas ao poder estatal.

c) Seu conteúdo. O conceito de “economia solidária”, como vem sendo difundido e trabalhado pelos teóricos em geral, e pelos diversos segmentos da sociedade civil, obscurece,

⁴ Neste exemplo, ao invés da autogestão poderia ser a co-gestão, mas esta não é a expressão da realidade brasileira.

ainda mais, a contradição fundamental das relações sociais no capitalismo. As classes sociais fundamentais, a partir do referencial solidário, desreferenciam o conteúdo central da exploração, qual seja: produção coletiva e apropriação privada da riqueza. Assim, o enfoque central da “economia solidária” destina-se a discutir a *gestão do trabalho*, a *regulação econômica*, ignorando mediações fundamentais do *modo de produção capitalista*, e particularmente do seu estágio atual de desenvolvimento.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de nossas análises leva-nos a algumas considerações. Como vimos demonstrando o debate em torno da “economia solidária” contém vários equívocos que precisam ser debatidos e tematizados criticamente, principalmente o fato de que as elaborações da sociedade contemporânea – que considera, o desemprego e as mudanças do trabalho apenas como conseqüências da crise capitalista; e não apreende as relações das experiências de “economia solidária” com a produção capitalista – metamorfoseam e “camuflam” as relações de trabalho em relações mercantis.

Dessa forma, acreditamos que, o debate sobre as mudanças na sociedade contemporânea deve rastrear as determinações fundamentais que relacionam as experiências da “economia solidária” (as cooperativas de trabalho e de produção), ao contexto mais amplo da reestruturação capitalista, e mais precisamente, às relações de produção operadas no contexto da flexibilização – movimento próprio do atual desenvolvimento capitalista.

No nosso entendimento muitos são os conceitos da economia e da política, como autonomia, emprego, trabalho, serviço, que sofrem um processo de alteração na forma, sem resultar, com isso, mudanças reais em seu conteúdo. Ou são estes conceitos objeto de reinterpretação realizada por intelectuais que se vinculam, direta ou indiretamente, às classes dominantes. Esse processo, que Gramsci conceituou como *transformismo*, exerce uma função de legitimar as relações de produção capitalista, transformando as necessidades do capital em necessidades do trabalho.

Dessa forma, produzir uma ideologia sobre a ampliação da autonomia dos trabalhadores, não cria as condições reais para que esta aconteça, de modo que, é impossível pensar que na sociedade capitalista atual possam existir formas de trabalho independentes dos ditames do capital, sejam elas subsumidas de modo formal ou real ao capital. Discussões que mantêm esse nível de mistificação pretendem, necessariamente, manter inalterada a dominação e exploração do trabalho, e desmobilizar, como conseqüência, a organização da classe trabalhadora.

As transformações do trabalho no capitalismo contemporâneo põem em movimento um renovado processo de organização do trabalho, cuja finalidade essencial é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, principalmente nos contextos de crise, incorporando, na parte central da produção de valor, modalidades de trabalho que aparentemente seriam formas autônomas e independentes de trabalho. Poucas são as análises que situam este processo como a articulação de formas renovadas de trabalho à produção capitalista, e que a ampliação dessas modalidades de trabalho expressa uma expansão progressiva das relações capitalistas, pois vincula e articula trabalhos parciais a serviço do capital. De tal modo, que muitas atividades de trabalho, sob o signo da “economia solidária”, fazem parte do processo de deslocamento da força de trabalho, antes localizada internamente nas indústrias centrais, para unidades produtivas subcontratadas pelas empresas, para vender força de trabalho na forma de “trabalho materializado”. De acordo com Teixeira:

As grandes unidades de produção contam com um enorme contingente de trabalhadores domésticos, artesanais, familiares, que funcionam como peças centrais dentro dessa cadeia de subcontratação. Constituem-se todos em fornecedores de trabalho “materializado”, porque, agora, a compra e venda da força de trabalho são veladas sob o véu da compra e venda de mercadorias semi-elaboradas. (1996. p. 69).

Tendo como foco a participação das cooperativas de trabalho nas *teias invisíveis* das relações capitalistas, também afirmamos que, a existência das cooperativas nas condições analisadas depende da grande empresa que contrata seu trabalho, sendo estas, muitas vezes, parte do trabalho coletivo do processo de produção da indústria. Assim, muitas cooperativas fazem parte do núcleo produtivo das empresas e, de um modo em geral, da totalidade das relações de produção do padrão atual de acumulação. Logo, fica explícito que a descentralização produtiva não elimina a cooperação do trabalho que, por sua vez, é determinada pela atual divisão social e técnica do trabalho.

Desse modo, as debilidades presentes tanto teórica como praticamente no campo da chamada “economia solidária” apresentam um componente inegavelmente mistificador das relações que mediam o capital, enquanto força social em busca de se expandir, e o trabalho, enquanto componente medular do processo de valorização. Ressaltamos também que o conceito de “economia solidária” se reveste, na atualidade, muito mais de um “constructo ideal” que não esclarece as relações de trabalho, de produção e de organização do trabalho, apesar de estas estarem referenciadas no movimento da realidade.

Transversal ao debate do trabalho, há um outro núcleo-força que faz da “economia solidária” muito atraente, principalmente para diversos setores progressistas e de esquerda (sem prejuízo da compatibilidade desse núcleo-força com o ideário liberal e neoliberal). No seio das várias elaborações teóricas sobre o tema, como também na de Singer, existe um

conjunto de conceitos que são considerados atributos importantíssimos da “economia solidária”, e que já foram anunciados por nós anteriormente. Os conceitos são: autogestão, cooperação, dimensão econômica, participação e solidariedade. Esses são conceitos que, em sua maioria, foram extraídos das idéias do movimento socialista do século XIX, e que, mais tarde, na passagem do século XIX e início do século XX, foram incorporados pela social-democracia européia, na medida em que foram resignificados e reformados a partir das determinações políticas e teóricas da época.

O fato desse universo conceitual estar presente na proposta da “economia solidária” nos possibilita uma afirmação. Há uma grande aproximação da “economia solidária” à social-democracia, no que tange às estratégias de enfrentamento do capitalismo. Ou seja, a idéia de reforma também está presente na “economia solidária”, só que travestida de conteúdo anti-capitalista. Pois é necessário, na perspectiva da “economia solidária”, forjar, ainda dentro da ordem capitalista, ações educativas para a construção de um “novo homem” e uma produção de mercadorias não capitalista. Assim, se estaria formando, dentro deste modo de produção, um modo produtivo alternativo baseado na “economia solidária”. Entretanto, o que observa é que, mesmo as experiências mais exitosas, do ponto de vista cultural, tendem a subsumir-se às relações sociais de produção capitalistas.

Nestes termos, os trabalhadores das cooperativas não são formalmente assalariados, mas são pagos a partir da determinação central de mensuração dos salários – o valor da força de trabalho, que nestas modalidades são verificadas no *quantum* de trabalho cristalizado nas mercadorias. Assim, não se elimina a mediação de compra e venda da força de trabalho, apenas altera-se sua forma.

Desse modo, entendemos que a desconcentração produtiva vincula as cooperativas à grande teia interligada do processo de produção. A jornada de trabalho realizada na cooperativa combina-se à jornada dos trabalhadores do complexo central, recriando um “novo trabalhador coletivo”. Essa forma de organização do trabalho combinado revela, pois na atualidade, a utilização renovada de modalidades de trabalho existentes desde o início do capitalismo. Estas aparentes “novas” formas de trabalho, que se inserem no movimento de valorização do capital, apontam a presença cada vez mais “invisível” de um trabalhador coletivo nas teias do processo de produção. A fragmentação atual dos processos de produção remete a um reorganizado processo de trabalho combinado que põe em movimento uma força coletiva de trabalho através da cooperação.

Assim, ao finalizarmos este trabalho queremos demarcar que a fragmentação, decorrente da reestruturação produtiva, não é despropositada e indefinida. Ao resultado desse

fracionamento das relações de trabalho e de produção, segue-se uma constante ameaça nas condições de vida dos trabalhadores. Tais incertezas, como o trabalho precário, o desemprego e a pobreza, implicam um agravamento no poder de organização da classe trabalhadora, que vem demonstrando uma fragilidade, não só em pensar alternativas de confronto ao capital, mas antes disso, entender os condicionantes reais das mudanças na esfera do trabalho e do capital. Isto, sem dúvida, aumenta o poder das grandes empresas sobre os trabalhadores, e a exploração do capital sobre a potência social do trabalho.

Os sistemas de garantias ao trabalho que foram criados em alguns países centrais, e as ações reguladoras nos países periféricos, foram fruto do movimento contraditório de “conquistas” do trabalho e “interesses” do capital. Mas, sem dúvidas, só foram possíveis devido à existência, naquele momento histórico, de uma ampla força de pressão acumulada pelos trabalhadores na luta de classes, sobretudo, pela existência da ameaça do comunismo. O enfraquecimento da organização e força da classe trabalhadora na atualidade, entre outros motivos, está resultando em um processual desmantelamento desses sistemas de proteção, expondo os trabalhadores a condições de trabalho cada vez mais aviltantes. A fragilização conjuntural em que se encontra a classe trabalhadora é travestida pelos propagandistas da burguesia, e vendida como o fim do operariado clássico fabril, e, sobretudo, o advento da era plena do capital, pois este seria agora absoluto.

Não vislumbramos perspectivas imediatas de superação sócio-histórica do sistema capitalista. Na verdade, cabe ao movimento social, e à classe trabalhadora em particular, apresentar tais saídas. Podemos até identificar alguns pólos de resistência de lutas sociais, mas a potencialidade destas é muito limitada no momento presente, uma vez que observamos muito mais o avanço insaciável do processo de valorização. Entretanto, como o homem constrói a história, a reversão de tendências atualmente dominantes, e as possibilidades de superação da ordem do capital, estão sempre latentes no processo histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni (2000). **O Novo (E Precário) Mundo do Trabalho** – Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo, São Paulo, Boitempo.

ANTUNES, Ricardo (1999). **Adeus ao trabalho?** - ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, 6ª edição, São Paulo, Cortez.

_____ (2001). **Os Sentidos do Trabalho** - Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, 5ª edição, São Paulo, Boitempo.

BORTALAYA, Maria (2000). **Refazendo a fábrica fordista**, 2ª edição, São Paulo, Martins Fontes.

BUBER, Martin (1971). **O Socialismo Utópico**. São Paulo, Editora Perspectiva.

CARLEIAL, Liana & VALLE, Rogério (orgs.) (1997). **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**, São Paulo, Hucitec-ABET.

CHESSNAIS, François (1996). **Mundialização do Capital**, São Paulo, Xamã.

COLE, G. D. H. (1975). **Historia del Pensamiento Socialista. V. I**, los precursores 1789 a 1850. México, Fondo de Cultura Económico.

CORIAT, Benjamín (1993). **El Taller y el Robot: ensayos sobre el fordismo y la producción en masa en la era de la electrónica**, Madrid, Siglo Veintiuno de España.

DIEESE (2001). **O mercado de trabalho no Brasil**, São Paulo.

DIEESE (2001a). **Os rendimentos do trabalho no Brasil**, São Paulo.

DIEESE (2001b). **As negociações coletivas no Brasil**, São Paulo.

FROTA, F. H. S (2001). **Cooperativismo: alternativa ao desemprego ou precarização do trabalho? Um estudo das cooperativas de trabalho no Estado do Ceará**, Fortaleza, UECE. (mimeo – Relatório Final de Pesquisa – FUNCAP).

GUIMARÃES, Gonçalo (org.) (2000). **Sindicalismo e cooperativismo: a “economia solidária” em debate**, São Paulo, UNITRABALHO.

GUIMARÃES, Gonçalo & JÚNIOR, Osmar Sá Ponte (1998). **Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares**, Fortaleza.

GURVITCH, Georges (1983). **Proudhon**, Lisboa, Edições 70.

HARVEY, David (1992). **Condição pós-moderna**, São Paulo, Loyola.

LEITE, Márcia de Paula (1992). **Reestruturação Produtiva e Trabalho**. IN: Novos Estudos CEBRAP nº 45, São Paulo.

LOUREIRO, M. Rita (org.) (1981). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**, São Paulo, Cortez / Autores Associados.

MANDEL, Ernest (1990). **A Crise do Capital – Os fatos e sua interpretação marxista**, São Paulo, Ensaio.

MARX, KARL (1980). **O Capital - Crítica da Economia Política**, Livro I, Vol. I e II, São Paulo, 8ª edição, Difel.

_____ (1978). **Miseria de la Filosofía**, México, 6ª. Edição, Siglo Veintiuno editores.

MENELEU, Neto José (2000). **Os novos sapateiros: os trabalhadores e a reestruturação do capital**, Tese de Doutorado, Fortaleza, UFC, (digitado).

NETTO, José Paulo (1987). Resposta à Presença. In **Presença Revista de política e cultura**. n. 10, Rio de Janeiro, CPDC.

OFFE, Claus (1995). **Capitalismo Desorganizado** – Transformações contemporâneas do trabalho e da política, São Paulo, Brasiliense.

RECH, Daniel (1995). **Cooperativas: Uma alternativa de organização popular**, Rio de Janeiro, Fase.

SAINT-SIMON (1810). A Parábola, IN Teixeira, Aloísio (2002). **Utópicos, Heréticos e Malditos – os precursores do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro, Record.

SINGER, Paul (2002). **Introdução à “economia solidária”**, São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

_____ (2001). **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**, 4ª edição, São Paulo, Contexto.

_____ (1998). **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Coleção Zero a Esquerda, Petrópolis, Vozes.

SINGER, Paul & SOUZA, André R. (Orgs.) (2000). **A “economia solidária” no Brasil**. São Paulo, Contexto.

TAVARES, Maria Augusta (2004). **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**, São Paulo, Cortez.

TEIXEIRA, Francisco José Soares (2000). **O Capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política**. IN: Crítica Marxista nº 10, São Paulo, Boitempo.

_____ (1996). **Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo?** In: TEIXEIRA, F. J. S. e OLIVEIRA, M. A. (Orgs.) Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho, São Paulo/Fortaleza, Cortez/UECE.